



AÇÕES DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

LEGISLATURA: 2019 - 2022

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

56ª Legislatura – 01/02/2019 a 31/01/2023

Abílio Santana
Afonso Florence
Afonso Motta
Ailton Faleiro
Alcides Rodrigues
Alencar Santana
Alessandro Molon
Alexis Fonteyne
Alice Portugal
Aliel Machado
Aline Sleutjes
Aluisio Mendes
Arlindo Chinaglia
Átila Lira
Augusto Coutinho
Áurea Carolina
Aureo Ribeiro
Benedita da Silva
Beto Faro
Beto Pereira
Bira do Pindaré
Bohn Gass
Bosco Costa
Bosco Saraiva
Bozzella
Camilo Capiberibe
Capitão Wagner
Carlos Veras
Carlos Zarattini
Carmen Zanotto
Cássio Andrade
Celina Leão
Célio Moura
Célio Studart
Celso Maldaner
Charles Fernandes
Chiquinho Brazão
Christiane Yared
Clarissa Garotinho
Coronel Tadeu
Da Vitoria
Daniel Almeida
Daniela do Waguinho
Danilo Cabral
David Miranda
Delegado Marcelo Freitas
Denis Bezerra
Diego Garcia
Dr. Frederico
Dr. Leonardo
Dr. Luiz Ovando
Dr. Zacharias Calil
Dra. Vanda Milani
Edilázio Júnior
Edio Lopes
Eli Corrêa Filho

Elias Vaz
Emidinho Madeira
Enio Verrí
Erika Kokay
Eros Biondini
Fábio Trad
Felipe Rigoni
Fernanda Melchionna
Fernando Coelho Filho
Fernando Rodolfo
Flávia Morais
Flaviano Melo
Fred Costa
Frei Anastácio Ribeiro
Gelson Azevedo
Genecias Noronha
General Peternelli
Geninho Zuliani
Gervásio Maia
Giacobo
Glauber Braga
Gleisi Hoffmann
Gonzaga Patriota
Haroldo Cathedral
Heitor Schuch
Helder Salomão
Henrique Fontana
Hiran Gonçalves
Iracema Portella
Ivan Valente
Jandira Feghali
Jaqueline Cassol
Jefferson Campos
Jesus Sérgio
Jhonatan de Jesus
João Daniel
Joenia Wapichana
Jorge Solla
José Guimarães
José Nunes
José Ricardo
Josimar Maranhãozinho
Julio Cesar Ribeiro
Júlio Delgado
Lafayette de Andrada
Leandre
Léo Moraes
Leonardo Monteiro
Leônidas Cristino
Lídice da Mata
Lucas Redecker
Lucas Vergilio
Luciano Ducci
Luis Miranda
Luisa Canziani
Luiz Antônio Corrêa

Luiza Erundina
Luizão Goulart
Luizianne Lins
Magda Mofatto
Marcelo Calero
Marcelo Nilo
Márcio Jerry
Márcio Marinho
Marco Bertaiolli
Marcon
Margarete Coelho
Maria do Rosário
Maria Rosas
Marília Arraes
Marina Santos
Marreca Filho
Mauro Benevides Filho
Mauro Nazif
Natália Bonavides
Nilson Pinto
Nilto Tatto
Odair Cunha
Olival Marques
Orlando Silva
Otoni de Paula
Ottaci Nascimento
Otto Alencar Filho
Padre João
Pastor Eurico
Patrus Ananias
Paula Belmonte
Paulão
Paulo Guedes
Paulo Pimenta
Paulo Teixeira
Pedro Cunha Lima
Pedro Lucas Fernandes
Pedro Uczai
Perpétua Almeida
Pr. Marco Feliciano
Professor Israel Batista
Professora Dorinha Seabra
Rezende
Professora Rosa Neide
Raimundo Costa
Reginaldo Lopes
Rejane Dias
Renildo Calheiros
Roberto de Lucena
Rodrigo Agostinho
Rodrigo Coelho
Rogério Correia
Rosana Valle
Rosângela Gomes
Rose Modesto
Rubens Otoni

Rui Falcão
Ruy Carneiro
Sâmia Bomfim
Shéridan
Sidney Leite
Sílvia Cristina
Sílvia Costa Filho
Soraya Santos
Sóstenes Cavalcante
Subtenente Gonzaga
Tabata Amaral
Tadeu Alencar
Talíria Petrone
Tereza Nelma
Tito
Túlio Gadêlha
Valmir Assunção
Vander Loubet
Vavá Martins
Vicentinho
Vicentinho Júnior
Wilson da Fetaemg
Waldenor Pereira
Weliton Prado
Zé Carlos
Zé Neto
Zé Silva
Zeca Dirceu
Alessandro Vieira
Álvaro Dias
Chico Rodrigues
Ciro Nogueira
Fabiano Contarato
Flavio Arns
Humberto Costa
Izalci Lucas
Jarbas Vasconcelos
Jorge Kajuru
Lasier Martins
Leila Barros
Lucas Barreto
Maria do Carmo Alves
Orioisto Guimarães
Paulo Paim
Paulo Rocha
Randolfe Rodrigues
Reguffe
Rodrigo Cunha
Rodrigo Pacheco
Romário
Styvenson Valentim
Telmário Mota
Veneziano Vital do Rêgo
Weverton
Zenaide Maia

EXPEDIENTE

Realização: Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Textos: Kelli Kadanus (Agência Regra)

Diagramação: Kelli Kadanus (Agência Regra)

Imagens: Bancos públicos

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

SUMÁRIO

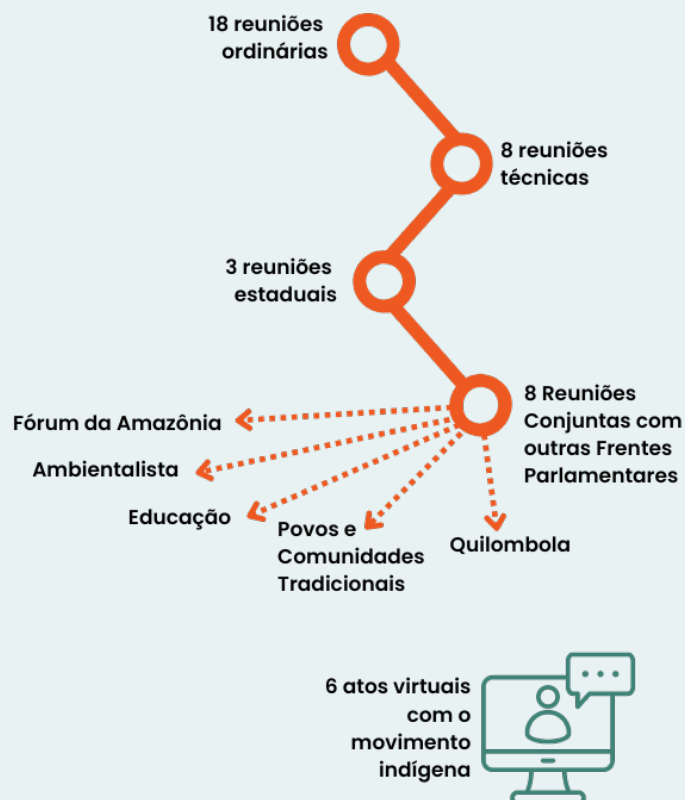
Relatório de Atividades da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas	04
Reuniões realizadas pela Frente Parlamentar	05
Principais diligências da Frente Parlamentar	05
Parlamentares da Frente prestam contas de atividades ao longo dos últimos 4 anos	06
Joenia apresenta projeto para rastrear comércio e transporte de ouro	07
Projetos de lei prioritários para a Frente Parlamentar Indígena	07
Resistir e continuar	08
Frente Parlamentar se mobilizou contra o PL 191/2020	10
Tempos de esperança	11
Principais encaminhamentos e eventos	12
Atos, ofícios e manifestações	13
Defender os povos indígenas foi tarefa prioritária	16
FPMDDPI: Um belo exemplo de resistência parlamentar	17
ATL 2022 lança carta aberta contra o PL 191, que permite mineração em terras indígenas	18
Carta aberta contra o pl 191/2020	19
Sejamos resistência na luta pelos povos indígenas	20
A resistência pavimentou o caminho para os avanços	21
Graças à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas	22
Covid-19 foi um desafio para os povos indígenas	23
Povos Indígenas resistiram – Frente Parlamentar ajudará a construir o futuro	24
Coordenadora da FPMDDPI marcou presença nas Conferências do Clima	25
Resultados da atuação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas	26

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.

A atuação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) ampliou consideravelmente “o domínio dos temas em debate no Congresso Nacional pelas lideranças indígenas e pelos parlamentares”, gerou “maior participação dos povos indígenas nos debates legislativos” e ampliou o “número de parlamentares articulados na defesa dos direitos indígenas”.

Atualmente a Frente conta com 219 Deputados Federais, 29 Senadores, organizações indígenas e indigenistas, que se reúnem de forma constante e periódica para a discussão dos principais problemas enfrentados pelos povos indígenas.

Em julho de 2020, graças à atuação constante e engajada da Frente, o Congresso Nacional aprovou a Lei n.º 14.021, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas. A lei também cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais



para o enfrentamento à Covid-19. Com isso, atinge um dos outcomes do projeto que é o de ter “direitos e interesses dos povos indígenas formalmente considerados nos debates legislativos”.

A estruturação da comunicação da frente também gerou “maior conhecimento da sociedade sobre os pontos de vista e direitos dos povos indígenas em debate no Congresso Nacional”, outcome do projeto.

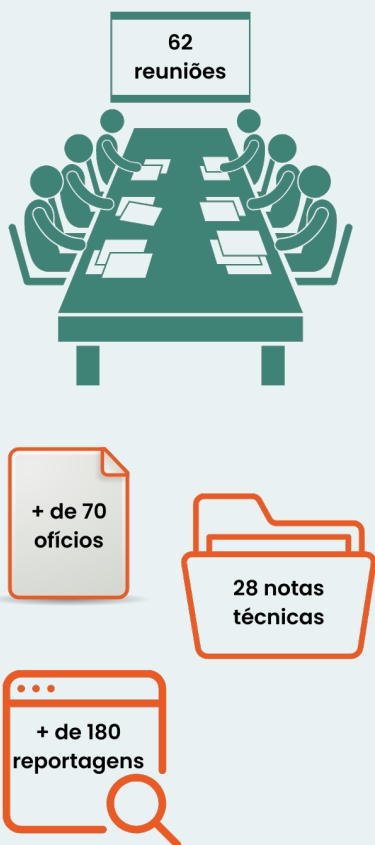
Foto: Marina Oliveira / Cimi



REUNIÕES REALIZADAS PELA FRENTE PARLAMENTAR

As reuniões são semanais, sendo elas: reunião técnica; reunião da agenda semanal; reuniões com comissões, principalmente na CMADS; reuniões com a diretoria para balanço; reunião para planejamento. Foram realizadas ainda algumas reuniões de alinhamento sobre as Ameaças no Congresso Nacional e reuniões de alinhamento da equipe de comunicação, equipe técnica e assessores parlamentares.

Foram mais de 62 reuniões, virtuais e/ou presenciais, com elaboração de 28 notas técnicas, mais de 70 ofícios e mais de 180 reportagens falando da atuação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.



PRINCIPAIS DILIGÊNCIAS DA FRENTE PARLAMENTAR



Diligência na Terra Indígena Waiãpi, para acompanhar denúncias de invasões de garimpeiros, recebida pela comissão de direitos humanos e minoria da Câmara dos Deputados.

Diligência na Terra Raposa Serra do Sol – A visita atendeu ao convite feito por uma comitiva de lideranças indígenas que esteve em Brasília reunidos com a FPMDDPI, os parlamentares estiveram reunidos com lideranças indígenas no Centro Maturuca na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e na comunidade Tabatinga, onde foram entregues denúncias de violação de direitos indígenas, houve a produção de um relatório e um vídeo que foram apresentados no plenário da Câmara dos Deputados.

Diligência para investigar as violações e ataques enfrentados pelo povo Yanomami.

Diligência para aprofundar nas investigações e medidas referentes aos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips e à situação do Vale do Javari, no Amazonas.

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

PARLAMENTARES DA FRENTE PARLAMENTAR INDÍGENA PRESTAM CONTAS DE ATIVIDADES AO LONGO DOS ÚLTIMOS 4 ANOS

Kelli Kadanus

Agência Regra

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) promoveu no dia 6 de dezembro de 2022 uma reunião para realizar um balanço das atividades do grupo durante a 56ª legislatura. Entre os deputados presentes estavam a coordenadora da FPMDDPI, Joenia Wapichana (REDE-RR), primeira deputada federal indígena do país, além de Aírton Faleiro (PT-PA), Áurea Carolina (PsoI-MG), Túlio Gadelha (REDE-PE) e a futura deputada federal – recém-eleita – Célia Xakriabá (PsoI-MG).

“As denúncias que mais recebemos nesses últimos anos estavam relacionadas ao garimpo dentro dos territórios indígenas”.

Joenia Wapichana (REDE-RR)

Segundo a deputada Joenia, as denúncias que a FPMDDPI mais recebeu nesta legislatura estavam relacionadas ao garimpo ilegal. “Denunciamos, no auge da pandemia, diversas violações de direitos e, então, encaminhamos aos órgãos competentes, como a Funai [Fundação Nacional do Índio], o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena]. As denúncias que mais recebemos nesses últimos anos estavam relacionadas ao garimpo dentro dos territórios indígenas”, explicou a parlamentar.

Outro ponto crucial de atuação da FPMDDPI foi a criação de comissões externas para acompanhar o contexto de violência contra os Yanomami, no estado de Roraima, e também o caso do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, assassinados no Vale do Javari, no Amazonas.

A deputada federal eleita Marina Silva (Rede-SP) participou do encontro por vídeo chamada.

Ela falou sobre os retrocessos enfrentados pelos povos indígenas ao longo do governo genocida de Jar Bolsonaro (PL). “Que toda essa pauta, que muitas vezes é contrária ao direito dos povos indígenas, possa ter um novo curso. Um curso de leis que sejam favoráveis à proteção do meio ambiente, dos povos originários, do desenvolvimento sustentável, sem mais destruir a vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais”, disse Marina.

O objetivo da FPMDDPI é “defender os direitos dos povos indígenas, que já são garantidos pela Constituição Federal de 1988”.

“Temos como principais finalidades aprimorar as políticas públicas relacionadas aos povos originários, acompanhar e propor legislações, promover debates, realizar intercâmbio entre instituições, apoiar as organizações, lideranças e órgãos não-governamentais, no sentido de consolidar políticas públicas”, explicou Joenia.

Foto: Marina Oliveira/ Cimi



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



JOENIA APRESENTA PROJETO PARA RASTREAR COMÉRCIO E TRANSPORTE DE OURO

Agência Regra

Com informações de Agência Câmara

A deputada federal Joenia Wapichana (REDE-RR), coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) protocolou em 2022 um projeto de lei na Câmara dos Deputados para rastrear a comercialização e o transporte de ouro no Brasil. Segundo Joenia, o objetivo é inibir o comércio ilegal, em especial em terras indígenas.

O projeto determina que a primeira compra do ouro, logo após a extração do minério, só poderá ser feita por instituição autorizada, integrante do Sistema Financeiro Nacional, diretamente do titular da concessão de lavra ou do permissionário de lavra garimpeira.

O projeto passa a exigir que o transporte do ouro para qualquer parte do território nacional seja acompanhado de nota fiscal eletrônica e do Guia de Transporte e Custódia de Ouro, que identifica o emissor e o destinatário e traz ainda informações como o número do lote no local de lavra, o peso do produto, entre outras. O texto também proíbe a comercialização, por pessoas físicas ou jurídicas, de ouro oriundo de terras indígenas.

“A área ocupada pelos garimpos na Amazônia já é maior que a área da mineração industrial em todo o País. Somente nas terras indígenas, onde a mineração não é permitida, os garimpos cresceram cinco vezes em dez anos”, diz a justificativa do projeto.

PROJETOS DE LEI PRIORITÁRIOS PARA A FRENTE PARLAMENTAR INDÍGENA

Agência Regra

Com informações de Agência Câmara

Mesmo com a legislatura chegando ao fim, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas ainda trabalha pela aprovação de projetos considerados prioritários.

Além do PL apresentado pela coordenadora, Joenia Wapichana (REDE-RR), que prevê o rastreio do comércio e transporte de ouro no Brasil, outros projetos são considerados prioridades pelo grupo.

Entre eles está o projeto que pretende regulamentar o porte de arma de fogo para servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai). “Alguns servidores do Ibama têm porte de arma, os da Funai não. Como alguém que atua diretamente na fiscalização não tem?”, questionou a deputada.

Joenia sugere que a nova lei tenha o nome do indigenista Bruno Pereira, assassinado no Vale do Javari, no Amazonas, em 5 de junho, ao lado do jornalista britânico Dom Phillips. Os dois estavam investigando a invasão de terras indígenas por pescadores ilegais.

As outras prioridades da FPMDDPI são o PL 3240/21, que proíbe a autorização de pesquisa e a concessão de lavra para aproveitamento de jazidas em terras indígenas; o PL 5467/19, que reverte em benefício dos povos indígenas os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental cometida em terras indígenas; e o PL 3514/19, que regulamenta a profissão de Agente Indígena de Saúde (AIS) e de Agente Indígena de Saneamento (Aisan).

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



RESISTIR E CONTINUAR

Rodrigo Agostinho

Deputado federal, advogado e ambientalista. Foi presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional. Vencedor da categoria Clima e Sustentabilidade do Prêmio Congresso em Foco

A 56.^a Legislatura (2019 à 2023) foi desafiadora e marcada por enormes embates e inúmeras tentativas de enfraquecimento da legislação ambiental no Brasil. E a bancada da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) teve papel preponderante nas batalhas legislativas que pautaram o Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, seguramos as pautas pesadas com muita união, coordenação e articulação. O trabalho contínuo dos nossos parlamentares, juntamente com a sociedade civil se mostrou eficaz diante das variadas tentativas de “passar a boiada” e dizimar as terras indígenas.

Foto: Sérgio Francês



Liderança indígena

Com muita propriedade, destaco o trabalho dedicado da amiga e deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), a primeira mulher indígena a ocupar o cargo em 194 anos de história da Câmara dos Deputados. Joenia foi muito guerreira durante o mandato. Acompanhei de perto sua atuação nas Comissões Permanentes e nas sessões plenárias.

Nossa coordenadora em tempo integral, se debruçou sobre as matérias mais nevrálgicas e conseguiu, com muita resiliência, segurar o rolo compressor da bancada que representa o que há de pior no Parlamento brasileiro.

Dentre os muitos retrocessos evitados graças a esses esforços, estão a não transferência da Funai (Fundação Nacional do Índio) do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura, a não aprovação da chamada Lei da Caça, que pretende regularizar a caça esportiva no Brasil, e a retirada de pauta de projetos como a construção da Estrada do Colono, que corta o Parque Nacional do Iguaçu, abrindo um precedente que ameaça outras Unidades de Conservação.

Agora para 2023 precisamos ficar atentos aos projetos que dificultam a demarcação das terras indígenas, que tratam do Código de Mineração, da liberação dos agrotóxicos e a proposta que trata da grilagem de terras públicas. Estes podem avançar rapidamente nas mãos dos que trabalham contra a preservação da nossa biodiversidade. São mais conhecidos como o “Pacote da Destruição”.

Há parlamentares, sabemos, que seguirão fazendo pressão, por exemplo, para que a legislação ambiental flexibilize os processos de licenciamento, facilitando o avanço dos limites do agronegócio sobre áreas protegidas, além de atender aos interesses de grandes empresas financiadoras de campanhas e dos

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



próprios parlamentares em seus negócios em diferentes regiões do Brasil.

Nas urnas, a pauta ambiental, mesmo tendo ganhado maior visibilidade sobretudo por conta dos desmandos do atual governo no que se refere à Amazônia, ainda está longe de ser prioritária para os eleitores. Teremos um Congresso muito alinhado com quem desmata. O que é péssimo para o país.

Bancada fortalecida

Mas também teremos novos representantes dos povos originários no parlamento. Ressalto o reforço da bancada com a chegada das deputadas Sônia Guajajara, eleita pelo Psol de São Paulo com 156.966 votos e da deputada Célia Xakriabá, eleita pelo Psol de Minas Gerais, com 101.154 dos votos.

Guajajara foi apontada como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista americana Time, é formada em Letras e Enfermagem e é coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e integrante do Conselho da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil.

Célia é professora e ativista indígena. Foi da primeira turma de Educação Indígena da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013. É uma das fundadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Na Secretaria de Educação de Minas Gerais, colaborou com a abertura de escolas indígenas e quilombolas e a reabertura de escolas do campo em todo o estado. Dadas as credenciais, ambas possuem muita capacidade para exercer seus mandatos com maestria e fortalecer ainda mais a bancada da FPMDDPI.

No mundo, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), os indígenas são cerca de 5% da população mundial e são líderes na proteção do meio ambiente. Espero que os povos

originários atuem para que possam cada vez mais ocupar espaço e cadeiras nas três esferas do Poder Público (Poder Legislativo, Poder Executivo e Judiciário).

PEC do Clima

Passado o primeiro turno da eleição, conseguimos, com muita articulação política e costura, aprovar a admissibilidade da PEC 37/2021 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, por 26 votos a 10. A matéria inclui entre os direitos e garantias fundamentais, ao lado do direito à vida, à liberdade e à igualdade, o direito à segurança climática. A proposta será agora analisada por uma comissão especial. Uma conquista importante que merece ser comemorada. E que teve brilhante relatoria da deputada Joenia Wapichana.

COP 27

Ponto alto de 2022, o Poder Legislativo foi representado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 27), maior evento ambiental do planeta. A comitiva brasileira, representada por parlamentares da FPMDDPI, da Frente Parlamentar Ambientalista e pelo novo governo, foi uma virada de chave na política ambiental brasileira após quatro anos de desastre e má-gestão.

O Brasil está de volta. Agora, é recuperar a reputação no campo internacional e ampliar os grupos de trabalho. É preciso restabelecer toda uma estrutura que foi enfraquecida. Isso só vai acontecer se tiver uma grande união.

A comunidade internacional já retomou o diálogo e reconhece a importância do meio ambiente brasileiro como uma ferramenta para a saúde mundial.

Precisamos garantir o orçamento necessário para que o Brasil alcance as metas climáticas prometidas ao mundo. Precisamos de orçamento e estrutura para enfrentar o desmatamento, as queimadas e o garimpo ilegal. Os desafios vão continuar sendo imensos. Viremos a página, rumo a novos tempos. Faremos nossa parte, juntos.

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



FRENTE PARLAMENTAR SE MOBILIZOU CONTRA O PL 191/2020

Kelli Kadanus

Agência Regra

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) foi um importante instrumento de luta e resistência dos povos originários contra projetos de lei apoiados pelo governo genocida do presidente Jair Bolsonaro (PL). Uma prova disso é a mobilização dos parlamentares contra o pedido de urgência aprovado para o PL 191/2022, que escancara as terras indígenas para a mineração e outras atividades, como agronegócio e grandes obras de infraestrutura.

No dia 10 de março de 2022, os povos indígenas realizaram em Brasília o Ato Pela Terra, para protestar contra o PL 191/2020 e outros projetos que ferem os direitos dos povos originários. Graças à pressão exercida sobre a Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) criou um grupo de trabalho (GT) para analisar o projeto antes da votação em plenário.

As deputadas Alice Portugal (PCdoB-BA), Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Perpétua Almeida (PCdoB/AC) receberam uma delegação de indígenas na Câmara e demonstraram apoio contra o PL 191/2022.

“Esse projeto de lei é maléfico aos povos

indígenas brasileiros, [causando] desde a contaminação das nossas águas, dos nossos solos, até a devastação das nossas florestas e a invasão dos territórios indígenas tradicionais, território sagrado”, disse o cacique Aruã Pataxó, da aldeia Coroa Vermelha, na Bahia.

“Não é possível realizar mineração em terra indígena e isso está sendo intuído através dos interesses internacionais de grandes empresas que, infelizmente, atuam no sentido de retirar os povos das suas terras originárias e isso pra nós é intolerável. Estamos stamos completamente alinhados e solidários nessa batalha”, disse a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), membro da FPMDDPI.

“Onde o garimpo chega tem fome, prostituição e miséria. Só quem enriquece são os grandes empresários. É uma tragédia na vida dos povos indígenas”.

Perpétua Almeida (PCdoB-AC)

A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) concordou. “Onde o garimpo chega tem fome, prostituição e miséria. Só quem enriquece são os grandes empresários. É uma tragédia na vida dos povos indígenas. Por isso, reforçamos a luta contra esse projeto”, pontuou.

O PL 191, nessa conjuntura do Bolsonaro, vem para passar a boiada mesmo. Desde a Constituinte, temos nos posicionado com muita clareza a favor dos povos indígenas, e com o PL 191 não será diferente, nós vamos nos posicionar com muita clareza contra sua aprovação”, frisou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-SP).

Os povos indígenas também foram recebidos na Liderança da Minoria da Câmara, pelos deputados Alencar Santana (PT-SP), Nilto



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Foto: Hellen Loures/Cimi

TEMPOS DE ESPERANÇA

Airton Faleiro

Deputado Federal, Membro da FPMDDPI

Enfrentamos período delicado da nossa história nos últimos anos no qual os direitos humanos foram vilipendiados e atacados diariamente pelo governo Bolsonaro, ameaças e falas de ódio incentivaram violência, perseguições e assassinatos, incentivando e promovendo a invasão dos seus territórios. Os direitos dos povos indígenas foram alvo constante da sanha desenvolvimentista predatória apoiada pelo atual governo e seus aliados em desrespeito aos costumes, crenças e organizações sociais dos povos indígenas.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, liderada pela deputada Joenia Wapichana teve papel fundamental agregando parlamentares que compõe o congresso nacional, o movimento indígena, a sociedade civil, na intransigente defesa dos povos indígenas.

Foi e é importante espaço de debate, resistência e proposições.

Como atual coordenador do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia, instância instituída na liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, destaco e agradeço a parceria de todas as horas da frente parlamentar indígena, que somou-se a outros segmentos sociais em defesa da Amazônia e seus povos.

Que os novos tempos sejam de esperança.



Tatto (PT-SP), Elvino Bohn Gass (PT-RS), Airton Faleiro (PT/PA), Talíria Petrone (PSOL-RJ), Alice Portugal (PCdoB-BA) e Jandira Feghali (PCdoB/RJ).

"Representamos aqui a voz de uma maioria que está sendo mal tratada e desprezada por esse governo, em uma política de morte, de exclusão e de destruição", ressaltou Alencar Santana (PT-SP).

A delegação tentou ser recebida no Ministério do Meio Ambiente (MMA), sem sucesso.

O Ato Pela Terra foi convocado pelo cantor e compositor Caetano Veloso com o intuito de denunciar o chamado "Pacote da Destruição", que inclui, além da proposta de liberar a mineração em terras indígenas, projetos que tramitam no Congresso e buscam flexibilizar as regras de licenciamento e ampliar a liberação de agrotóxicos no Brasil.

Também marcaram presença no ato os artistas Daniela Mercury, Emicida, Nando Reis, Maria Gadú, Bela Gil, Malu Mader, Rafa Kalimann, Elisa Lucinda, Duda Beat, Criolo, Paola Carosella, Letícia Sabatella, Christiane Torloni, Cissa Guimarães, Paula Lavigne, Lázaro Ramos, Alessandra Negrini, Mariana Ximenez, Maria Paulo, Seu Jorge, Paula Burlamaqui, Maria Ribeiro, Zezé Polessa e outros.

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS

A FPMDDPI incentivou e promoveu diversas campanhas pelo enfrentamento a pandemia, como a campanha Povos indígenas do sul no enfrentamento à covid-19, a Quarentena Indígena <<http://emergenciaindigena.apib.info/>>, a União Amazonia Viva <<https://uniaoamazoniaviva.com/>>. Mobilizando e apoiando estratégias importantes para o enfrentamento da Covid 19 nas comunidades indígenas. Teve atuação especial na campanha sobre vacinação. Discutiu de forma ampla e mobilizadora a importância da vacinação de povos indígenas. Fortaleceu o pedido para que STF determine governo priorizar vacinação de povos indígenas em terras não homologadas, cobrou explicação sobre tratamento de indígenas com Kit Covid em RO. Pediu investigação ao MPF sobre impacto de fake news na vacinação dos povos indígenas.

A FPMDDPI está mobilizada contra o marco temporal, para tanto realizou reuniões e participou de mobilizações junto ao movimento indígena nacional, incentivando as campanhas com postagem nas redes sociais.

Promoveu em suas redes sociais a campanha Povo Arara - Guardiões do Iriri, povo que enfrenta violações de direitos.

Deputados, indigenistas e sociedade civil defendem direitos dos povos indígenas de forma coletiva com informações e mobilizações em conjunto.

Mobilizações contra o PL da Grilagem

Mobilização contra o PL 191 que discute a exploração em territórios indígenas, principalmente em relação ao garimpo ilegal em terras indígenas.

Recomendações, ofícios e pedido de audiências públicas sobre a construção da Ferrogrão

PRINCIPAIS EVENTOS

Seminário sobre mineração em terras indígenas, com produção de uma reportagem especial sobre Garimpo ilegal que causa contaminação de povos indígenas com mercúrio e encaminhamentos sobre o tema.

Seminário sobre os Projetos de leis e ameaças no Congresso Nacional com participação de todos os membros da FPMDDPI.

03 seminários, sendo dois virtuais e um presencial, para elaboração de Projetos de Leis e formação em Políticas Públicas - caminhos para fortalecer os projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas.

Seminários para traçar estratégias e encaminhar as demandas da FPMDDPI dentro da Câmara Federal.

Junto com o Fórum da Amazônia organizou o Painel sobre semana do meio ambiente, durante Semana do Meio Ambiente 2021, com temas sobre Amazônia, povos indígenas e meio ambiente

Curso de Formação sobre Direito dos Povos Indígenas

Seminário de análise da conjuntura política e direitos indígenas

Seminário sobre Consulta Livre, Prévia e Informada na Convenção 169 da OIT

Café da manhã com os coordenadores das organizações Indígenas e deputados

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

ATOS, OFÍCIOS E MANIFESTAÇÕES

Ato Virtual em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Ato do Dia Internacional dos Povos Indígenas

Ato Dia da Terra, a importância da Terra: Por que a terra é importante?

Repúdio aos ataques à sede da Associação de Mulheres Indígenas Munduruku e exige ação imediata das autoridades competentes

Manifesto em apoio a Apib e a Sonia Guajajara

Alerta sobre os ataques contra os povos indígenas, na Congresso Nacional

Dialoga com o STF para reverter decisão que anulou demarcação de Terra Indígena

Nota de apoio ao senador Randolfe Rodrigues

Reunião com Relatora do PL 6764/02 que define crimes contra o Estado Democrático de Direito e revoga a Lei de Segurança Nacional

Denuncia as ameaças as Terras Indígenas na Comissão de Meio Ambiente

Ofício emitido pela FPMDDPI contribui com a vitória no STF, que suspendeu a desocupação de terra da Comunidade Indígena Tupinambá

Repúdio de tentativa de intimidação de Almir Naramayoga Suruí e a PF arquiva inquérito contra o indígena.

Divulga manifesto dos Indígenas Waimiri-atroari sobre a fala mentirosa de Bolsonaro

Por meio de ofício cobra que Funai explique na Câmara perseguição a líderes indígenas

Encaminhou para a Comissão de Direitos Humanos, na Câmara Federal, sobre as demandas do povo Piripkura

Parlamentares da FPMDDPI fazem mobilização para aprovação do projeto que institui o Dia da Resistência dos Povos Indígenas

Frente Parlamentar Indígena alerta para impactos do novo licenciamento ambiental

Monitora na CCJ - PL 490/2007 o projeto que na prática acaba com demarcações de terras indígenas. Acompanhamento de sessão da CCJ - PL 490/2007

Divulga o repúdio do Povo Yanomami e Ye'kwana sobre possível visita de Bolsonaro a Terra Indígena

Manifesta preocupação com votação do licenciamento ambiental

Repudia mais um ataque armado de garimpeiros ao povo Yanomami. Realiza um



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

ATOS, OFÍCIOS E MANIFESTAÇÕES

pedido ao STF da retirada de garimpeiros ilegais das terras Palimiu, e como resultado temos a Força Nacional que irá atuar na terra indígena Yanomami.

Participa de todos os Acampamento Terra Livre e junto ao movimento indígena reafirma defesa dos direitos dos povos indígenas

Realiza Audiência Pública para debater PDL 28/19, com o pedido do vice coordenador Deputado José Ricardo (PT-AM)

A pedido dos indígenas se manifesta contra a visita de Bolsonaro a terra indígena no Amazonas

Solicita audiência com ministro do STF para falar sobre situação do povo Munduruku

Repudia os ataques a servidores do ICMBio

Participada da mobilização em prol do Programa Nacional de Alimentação Escolar que está ameaçado por Projetos de Lei

Ofício com pedido para garantir a segurança às lideranças Munduruku, em Jacareacanga, e acompanha a transmissão

de coletiva de imprensa de lideranças indígenas de Roraima

Participa da manifestação sobre PDL 28 na Comissão da Amazônia

Repudia fala de coordenador da Funai que sugeriu "meter fogo" em índios isolados

Nota de repúdio sobre assassinato de criança indígena

Parlamentares da Frente Indígena recepciona mulheres indígenas e participam de plenária da Marcha das Mulheres Indígenas

Promove audiência da Câmara Federal que discute garimpo ilegal na Terra Indígena Supremo

Participa do evento da Semana Global de Ação pelos ODS

Participa de audiências públicas na Câmara Federal que debatem violência contra mulheres indígenas

Repudia assassinato de indígena na Bahia e cobra respostas das autoridades competentes



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

ATOS, OFÍCIOS E MANIFESTAÇÕES



Mobiliza para realização de audiência pública sobre educação superior para povos indígenas

Frente Indígena cobra providências contra perseguição a professora indígena em Rondônia

Solicita providências sobre as mortes de Crianças Yanomami em garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami

Solicita providências do Governo Federal sobre violências em Terras Indígenas no Rio Grande do Sul

Transmite a live de 1000 Dias de mandato da deputada Joenia Wapichana: primeira deputada indígena eleita no Brasil tem mandato coletivo marcado por lutas pelos direitos indígenas e representatividade

Publica solidariedade sobre a morte do artista indígena Jaider Esbell Kelli

Promove junto a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara o debate sobre as contribuições dos povos indígenas

Parlamentares da FPMDDPI recebe convite de lideranças indígenas para visitarem a Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Em ofício, solicita que MPF tome providências sobre invasão de casa de liderança indígena no Pará

Realiza Audiência Pública sobre morte de crianças Yanomami ocorridas na comunidade Macuxi Yano

Repúdio sobre ação da PM em TI Pium

Realiza mobilizações para reforça necessidade de lutar pelos povos indígenas no Dia Internacional dos Direitos

Realiza reunião extraordinária para análise da conjuntura e planejar atuação em 2022

Realiza reunião extraordinária de balanço da atuação durante 2021

Produz um vídeo sobre visita da comitiva de parlamentares à TI Raposa Serra do Sol

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

DEFENDER OS POVOS INDÍGENAS FOI TAREFA PRIORITÁRIA

Talíria Petrone

D eputada federal pelo PSOL-RJ e membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Em uma legislatura extremamente dura e desafiadora, o PSOL se destacou por ser uma bancada que combateu fortemente o anti-governo ecocida, que estimulou a violência contra indígenas, consequentemente destruindo as florestas, os recursos hídricos e a biodiversidade do Brasil, em especial a Amazônia.

Entre as consequências dos ataques que estiveram em curso nos últimos anos, vale destacar que os povos indígenas foram os que mais sofreram com o aparelhamento da Funai, militarizada e desvirtuada a tratar de assuntos fundiários a favor do agronegócio, levando à destruição de terras indígenas.

Os brutais assassinatos na região do Vale do Javari/AM, de Bruno Pereira e Dom Phillips, indigenista e jornalista respectivamente, explicitaram a política anti-indígena de Bolsonaro. Acompanhamos a Comissão Externa que apurou, fiscalizou e propôs providências acerca do fato, que após oitivas na região identificou os executores e o possível mandante, posteriormente detidos. Nas análises, foram constatadas a ausência do Estado na região, a ocorrência de crimes ambientais e o consequente risco de morte de indigenistas e lideranças poulares, bem como a necessidade de aprofundamento nas investigações. Por fim, foi recomendada a implementação de um Plano Emergencial para Ações de Proteção Territorial no Vale do Javari e a instauração de uma CPI para seguir aprofundando no caso.

Juridicamente, defendemos o elo entre o indígena e a floresta. Dentre as várias representações que a nossa bancada apresentou no Ministério Público Federal, se

destaca uma questionando a postura do presidente da Funai, Marcelo Xavier, e do Coordenador Regional da Funai de Barra do Garças, no Mato Grosso, Álvaro Peres. Em áudio, o chefe máximo do órgão afirmou avaliar a possibilidade de instruções normativas que permitem o manejo florestal, a venda de madeira e o garimpo em terra indígena, graves violações constitucionais. Tais práticas não passam de garimpo ilegal e extração de madeira com status de “atividade econômica legal”, evidenciando o modus operandi desse governo.

Em 2020, lutamos pelo PL 1142/2020, que dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão da pandemia de Covid-19. Na ocasião, cobramos que fossem adotadas medidas urgentes para que a doença não se espalhasse rapidamente entre os povos indígenas, que são excepcionalmente vulneráveis a doenças provenientes de contexto urbano, tendo em vista que seus costumes, crenças e tradições são diferentes em suas respectivas aldeias e comunidades. O projeto está sujeito à apreciação do plenário e teve seu requerimento de urgência aprovado. Precisamos seguir pressionando para assegurar esse direito básico à saúde, principalmente em caráter emergencial.

Diante de todos estes ataques nos últimos anos, nossa atuação principal foi lutar dentro e fora do Congresso Nacional para defender os direitos destes povos. Nosso empenho foi por frear a destruição ambiental e a política de passar a boiada, conforme anunciou o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Política esta que teve centralidade no decorrer desse governo.

Importante destacar, ainda, nossa vitória com a eleição de duas deputadas federais indígenas que se somarão à nossa bancada a partir do próximo ano, as aguerridas e imprescindíveis Sonia Guajajara e Célia Xacriabá. Temos certeza de que a presença delas na Câmara reforçará nosso compromisso na defesa dos povos originários, sempre buscando a garantia dos seus direitos e o bem-viver.

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

FPMDPI: UM BELO EXEMPLO DE RESISTÊNCIA PARLAMENTAR

Márcio Santilli

Ex-deputado e ativista dos direitos dos povos indígenas brasileiros

As frentes parlamentares se organizam em torno de temas ou interesses nacionais relevantes, que transcendem o âmbito das bancadas dos partidos ou dos estados. A FPMDPI – Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas – tem uma história de resistência, que é a marca mais evidente dos que articulam, no Congresso Nacional, a defesa de direitos de minorias.

Na atual Legislatura, que termina com a posse do Congresso eleito em outubro passado, a FPMDPI atuou intensamente, sob a coordenação da deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), a primeira indígena eleita para a Câmara dos Deputados. A sua legitimidade, reconhecida por aliados e adversários, associada à sua persistência, fizeram toda a diferença em relação às legislaturas anteriores, em que a FPMDPI contou com o apoio de diversos parlamentares, sem, no entanto, dispor de representantes indígenas.

Foram anos extremamente difíceis para a defesa dos povos indígenas, violentamente atacados durante o governo Bolsonaro, que paralisou a demarcação e promoveu a invasão das terras indígenas por madeireiros, garimpeiros e grileiros ávidos pela apropriação dos seus recursos naturais. Enquanto isso, houve o desmonte da FUNAI, da SESAI e das políticas indigenistas federais, relegando os povos indígenas à desassistência, em plena pandemia.

Nesse contexto, a FPMDPI se tornou a principal referência institucional na articulação da resistência, repercutindo a atuação do movimento indígena e conquistando vitórias importantes, como a rejeição da subordinação da FUNAI ao Ministério da Agricultura e a aprovação da lei 14021, de 7/7/20, que obrigou

o governo federal a criar um programa específico de combate à pandemia entre as comunidades.

Nessa Legislatura, a FPMDPI foi uma das frentes parlamentares que melhor se articulou com a sociedade civil e com os meios de comunicação. Foi um esforço decisivo para impedir a aprovação de projetos de lei anti-indígenas, para instituir um marco temporal restritivo à demarcação das terras e para expô-las ao garimpo predatório, à construção de hidrelétricas, linhas de transmissão e estradas, além do arrendamento e do plantio de sementes transgênicas.

Infelizmente, a federação partidária da deputada Joênia não alcançou, em Roraima, o quociente eleitoral necessário para obter uma cadeira na Câmara. Ela não conseguiu se reeleger, mesmo tendo ampliado em mais de 30% a sua própria votação e ficando entre os candidatos mais votados. Porém, o seu legado na FPMDPI estará à disposição, na próxima Legislatura, das deputadas indígenas que integrarão a bancada do cocar.



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Foto: Matheus Alves / Cimi



ATL 2022 LANÇA CARTA ABERTA CONTRA O PL 191, QUE PERMITE MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Kelli Kadanus

Agência Regra

Os 120 povos indígenas de todas as regiões do Brasil lançaram durante a 18ª Edição do Acampamento Terra Livre (ATL), em 2022, a Carta Aberta contra o Projeto de Lei (PL) 191/2020. O documento foi entregue à Câmara dos Deputados pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI).

O PL 191/2020 teve pedido de urgência aprovado e pode ser votado a qualquer momento no Congresso Nacional. O projeto escancara as terras indígenas para a exploração de mineração, hidrelétricas e grandes projetos de infraestrutura.

Para os povos indígenas, o PL está sendo usado para “abrir a porteira para a boiada passar”, uma vez que o governo Bolsonaro pretende devastar terras indígenas e entregá-las ao garimpo e à exploração ilegal.

O governo Bolsonaro tentou usar a guerra da Ucrânia como desculpa para acelerar a tramitação do projeto, alegando a necessidade de extrair potássio para a fabricação de fertilizantes químicos. Mas um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostrou que apenas 11% das jazidas de potássio situadas na Amazônia brasileira se sobrepõem a terras indígenas. Ou seja, não há necessidade de invadir territórios de povos originários para obter potássio.

O estudo mostra também que dois terços das reservas de minério no Brasil se encontram nos estados de Sergipe, São Paulo e Minas Gerais; e as reservas existentes hoje são capazes de abastecer o nosso País até 2100.

A carta lançada no ATL 2022 também chama a atenção para a tentativa de flexibilizar a lei ambiental e premiar grileiros de terras indígenas com a regularização das terras roubadas por eles.

A Carta Aberta contra o PL 191/2020 mobiliza assinaturas de parlamentares, personalidades, instituições, organizações e movimentos sociais tanto no Brasil quanto no exterior.

O ATL 2022 reuniu mais de 8 mil indígenas de 120 povos em Brasília nos dias 4 a 14 de abril com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”.

Foto: Matheus Alves / Cimi



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



CARTA ABERTA CONTRA O PL 191/2020

“A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor.”

– Davi Kopenawa, em “A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami”

O povo brasileiro tem o dever de conhecer os graves impactos econômicos, sociais e ambientais que poderão decorrer da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 191/2020, não somente para os povos indígenas, mas para todos nós.

O projeto libera a mineração em terras indígenas e faz parte do Pacote da Destruição do governo Bolsonaro. É um projeto que atropela a Constituição Federal e ataca, mais uma vez, os direitos dos povos originários do Brasil. Por essa razão, nós, parlamentares, e instituições parceiras da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI), manifestamos o nosso posicionamento contrário à sua aprovação.

Lembramos que já no dia 11 de fevereiro de 2020, uma comissão formada por representantes do Congresso, da sociedade civil e lideranças indígenas, entregou um pedido ao então presidente da Câmara dos Deputados para que o projeto fosse devolvido ao Poder Executivo. O PL 191/2020 apresenta evidentes problemas jurídicos e de inconstitucionalidade, desconsidera tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e afronta o próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Não procede a justificativa usada pelo governo Bolsonaro para pedir o regime de urgência para esse projeto: o de que a guerra na Ucrânia poderia ameaçar a agricultura brasileira, uma vez que a Rússia é uma das principais fornecedoras de fertilizantes para o Brasil. Conforme estudo do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cerca de 2/3 das reservas nacionais de potássio, principal insumo para a produção de fertilizantes, estão fora da Amazônia Legal, que concentra 98% das terras indígenas homologadas no país.

Além disso, nenhum dos grandes depósitos de potássio da região está localizado nesses territórios ancestrais, considerados sagrados pelos povos originários e protegidos pela Constituição. Segundo a pesquisa da UFMG, as jazidas já disponíveis e situadas fora de terras indígenas poderiam suprir nossa demanda do mineral por mais de 80 anos.

A atual legislatura não pode passar para a História como incentivadora da destruição dos povos e das terras indígenas. Vamos ouvir o clamor da floresta. Todos nós, deputadas, deputados, senadoras e senadores, independentemente de posições políticas e ideológicas, devemos lutar para não carregar essa nódoa indelével. E, para isso, contamos com o apoio da população brasileira!

Brasília/DF, 22 de março de 2022.

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



SEJAMOS RESISTÊNCIA NA LUTA PELOS POVOS INDÍGENAS

Fabiano Contarato

Senador da República pelo Espírito Santo (PT-ES), membro da Frente Parlamentar Ambientalista do Senado Federal, foi presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa no biênio 2019-2020, onde coordenou os trabalhos mantendo a postura independente e de denúncia de retrocessos ambientais promovidos pelo governo Jair Bolsonaro



Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que defender os direitos dos indígenas não representa uma opção política ou mero capricho pessoal. Trata-se de uma determinação da Constituição Federal de 1988, a nossa Constituição Cidadã, que impõe o respeito à diversidade sociocultural e linguística daqueles povos, e o dever de proteger suas terras e bens, materiais e imateriais. Nossa Constituição fixou para o Congresso Nacional a necessidade de um amplo leque de demandas legislativas sobre

a temática indígena, indo desde a revisão da Lei nº 6.001, de 1973 – conhecida como Estatuto do Índio – até a aprovação de leis complementares a respeito do tema, muitas das quais ainda não foram sequer elaboradas.

E foi com esse dever, essa responsabilidade de cidadão e de Senador da República, que me juntei, em 2019, à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, grupo liderado pela aguerrida deputada federal Joênia Wapichana (Rede-RR), a primeira mulher indígena eleita para o cargo na história do país, para juntos sermos resistência na luta pela defesa dos povos indígenas e pela reversão total do contexto de desmonte institucional que levou os povos originários ao abandono, à desassistência, ao desamparo e à violência.

Temos presenciado, desde 2016 – quando teve início o governo do Presidente Michel Temer – o aprofundamento das violações dos direitos das populações indígenas, que se agravaram ao longo do governo do Presidente Bolsonaro, tais como: aumento da taxa de mortes violentas de indígenas; ameaças a lideranças indígenas; roubo de madeira em terras indígenas; invasões, garimpo e grilagem de terras; negligência com os indígenas durante a pandemia; e ataques à cultura indígena.

Como membro titular do Parlamento do Mercosul que reúne parlamentares das nações latino-americanas nesse bloco político e econômico regional, denunciei a barbárie contra os povos indígenas que vem ocorrendo de forma sistemática nos últimos seis anos no Brasil.

A degradação ambiental, a violência e a presença de intrusos são fatores que ameaçam gravemente a segurança e a manutenção dos modos de vida das comunidades. Tanto o Brasil como o mundo atestaram o fiasco da política ambiental deste atual governo. Demoraremos muitos anos para recuperar esse passivo causado

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

pela ação e pela omissão. Temos que estar ao lado desses povos gigantes defendendo a demarcação de suas terras e a preservação de seus direitos, contra a mineração predatória em seus territórios e contra o lançamento de agrotóxicos em aldeias.

Um dos caminhos para contribuir, imediatamente, para a proteção das nossas populações originárias é que seja retomado o julgamento do processo sobre o marco temporal nas terras indígenas que vem sendo discutido no Supremo Tribunal Federal. Caso o Supremo rejeite, os diversos conflitos envolvendo o tema terão sua solução, assim como os processos judiciais, atualmente em tramitação, serão resolvidos.

Além disso, existem vários projetos em tramitação no Congresso Nacional que afetarão drasticamente as terras indígenas e sua população, sem falar nas ações e omissões do governo brasileiro na proteção dos povos originários e na tese do marco temporal sobre terras indígenas, que vem atender aos anseios do agronegócio e do grande capital internacional. São inúmeras as denúncias de desaparecimentos de comunidades inteiras e até acusações de estupro e morte de crianças, além de constantes conflitos e ações violentas contra indígenas.

Eu não posso conceber que a gente possa dormir tranquilamente com comunidades indígenas vivendo na mais pura miséria, sofrendo as mais variadas violações de direitos, sem acesso à terra, aos direitos mais básicos como água e luz. O que está acontecendo com os povos originários é um crime contra a humanidade.

Continuarei, enquanto Senador da República e cidadão brasileiro, lutando firmemente para que os direitos dessas comunidades, e do meio ambiente, sejam respeitados no Brasil.

A RESISTÊNCIA PAVIMENTOU O CAMINHO PARA OS AVANÇOS

Jandira Feghali

Deputada Federal e vice-presidente nacional do PCdoB

Por 4 anos resistimos contra uma política contra os direitos dos povos indígenas. Ainda em 2019, como líder da Minoria na Câmara dos Deputados, articulamos a criação do Fórum Permanente da Amazônia. Debatemos questões sobre o desmatamento e garimpo ilegais e a desproteção dos povos indígenas frente a sede do lucro em detrimento da preservação e da vida. Enfrentamos o debate sobre o marco temporal e o projeto que pretendia liberar o garimpo em terras indígenas. Entregamos documento, fruto deste debate, ao Sínodo para a Amazônia e estivemos em Marabá para ouvir e recolher informações. Impedimos retrocessos e chegamos ao final da legislatura com muita esperança. A promessa de criação do Ministério dos Povos Indígenas será cumprida e o governo eleito priorizará a questão climática. A região amazônica, além dos povos da floresta que a preservam, abriga as famílias urbanas que se beneficiariam do desenvolvimento sustentável da região.



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

GRAÇAS À FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Nilto Tatto

Deputado Federal, coordenador da Frente Parlamentar em Apoio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Nos últimos 4 anos, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas se afirmou como importante ferramenta de organização e luta para estes povos, especialmente porque no período (2019-2022), foi coordenada por Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena eleita deputada Federal no Brasil. A Frente se afirmou como um espaço de organização, encontros, palestras, atos, manifestações, seminários, conferências e audiências, mas também para traçar estratégias, elaborar e apresentar projetos, defender os direitos de cada indígena do Brasil, combatendo iniciativas e propostas notadamente danosas a esta parcela da população.



Como membro da frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, sei que ajudei a construir pontes entre esta e outras frentes correlatas das quais participo, como a Frente Parlamentar Ambientalista, ou coordeno, como a Frente Parlamentar em Defesa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Quem acompanha as questões socioambientais no Brasil sabe que os direitos dos Povos Indígenas são uma pauta transversal, que dialoga com uma infinidade de outros temas, que vão da economia à saúde, do emprego à renda, do combate à fome a habitação, da educação ao racismo, do direito à terra a preservação da cultura.

Organizar e equacionar tudo isso não é tarefa fácil, ainda mais em um cenário de desmonte do Sistema Ambiental Brasileiro, como a deturpação do INCRA e da FUNAI até o estrangulamento do Ibama, ICMBio e INPE, por exemplo. Tudo isso revela não apenas a importância do trabalho desenvolvido pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, como também do seu sucesso. Todos nós temos clareza de que os desmontes só não foram maiores, pois os povos indígenas do Brasil estão cada vez mais organizados e bem representados, inclusive e especialmente nesta Frente.

Para se ter uma ideia, desde 1987, quando o Cacique Xavante Mario Juruna deixou o Congresso, um indígena não ocupava uma cadeira de deputado Federal no Brasil. Em 2018, 35 anos depois, o estado de Roraima elegeu a primeira mulher indígena como deputada Federal. Ainda que Joênia não tenha sido reeleita no pleito de 2022, sua importância, bem como da Frente que coordenou, não podem ser diminuídas. Foi uma grande honra ter dividido o parlamento com a deputada Joênia Wapichana e um grande aprendizado ter feito parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas sob sua coordenação.

Poderia passar horas listando cada uma das inúmeras pautas corajosamente adotadas pela deputada Joênia, que foram trabalhadas



pela Frente e que merecem destaque, que vão desde a histórica luta pelo reconhecimento e demarcação de terras, passando pela vacinação contra a Covid e culminando no enfrentamento aos crimes cometidos contra os indígenas ou seus territórios, como o garimpo, a grilagem, a subtração ilegal de madeira e as invasões. São lutas que não se encerram em apenas um mandato e que precisam ter homens e mulheres indígenas à frente.

Felizmente a eleição de Joênia em 2018 já está gerando frutos: à partir de 2023, teremos não apenas uma, mas duas mulheres indígenas na Câmara: Sonia Guajajara, eleita pelo Estado de São Paulo e Célia Xakriabá, por Minas Gerais. É um número pequeno se comparado à importância da pauta no Brasil, mas seu crescimento revela que mesmo nos momentos mais cruéis da história recente, houve algum amadurecimento. Desejo muito sucesso às parlamentares eleitas e coloco mais uma vez o meu mandato à inteira disposição, ainda que não sejam do mesmo partido que o meu, para construirmos juntos um País justo e sustentável, que respeite os direitos dos povos indígenas.

Há um outro papel da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas que não citei, mas não poderia deixar de fazê-lo: a interlocução e o fortalecimento das diversas entidades e movimentos indígenas, ou que trabalham a defesa dos direitos destes povos, como a APIB, COIAB, CPT entre outras. Como certa vez disse a Coordenadora executiva da Articulação dos povos Indígenas do Brasil (APIB), e recém eleita deputada Federal, Sonia Guajajara, “Os equívocos do atual governo não ameaçam apenas os povos indígenas, não só os direitos territoriais, mas está ameaçando a continuidade da vida do planeta”. Vida longa à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos povos indígenas. Por mais indígenas no Congresso. Demarcação já!

COVID-19 FOI UM DESAFIO PARA OS POVOS INDÍGENAS

Kelli Kadanus

Agência Regra

A pandemia de Covid-19 foi um desafio seríssimo aos povos indígenas no Brasil e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) atuou com firmeza para garantir vacina aos povos originários e para minimizar os impactos de ações criminosas do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ao longo da pandemia, os povos indígenas sofreram com o atraso das vacinas, com o descaso do governo federal e com a invasão de seus territórios por criminosos, que levaram consigo o vírus capaz de disseminar a doença.

Documento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid mostra que houve, inclusive, troca de vacinas por ouro em territórios indígenas. Foram pelo menos sete denúncias neste sentido. Além disso, os indígenas sofreram com o recebimento de cloroquina, medicamento sem eficácia para o coronavírus, e com a dificuldade de acessar leitos de UTI (Unidades de Terapia Intensiva).

Ao longo da pandemia, a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), coordenadora da FPMDDPI, encaminhou ao menos 21 ofícios a autoridades dos ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e também ao Judiciário.

Diante da situação grave da pandemia e da violação de direitos dos povos indígenas, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ao governo federal a adoção de uma série de medidas para conter o contágio e a mortalidade por Covid-19, mas a decisão só foi atendida parcialmente.

POVOS INDÍGENAS RESISTIRAM – FRENTE PARLAMENTAR AJUDARÁ A CONSTRUIR O FUTURO

Professora Rosa Neide

Deputada Federal, Membro da FPMDDPI

Ao longo desses quatro anos, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) teve papel fundamental na luta contra os ataques do desgoverno Bolsonaro à causa indígena.

Tenho muito orgulho de ter participado da Frente sob a presidência da companheira deputada, Joênia Wapichana (Rede/RR), primeira indígena a ser eleita parlamentar federal na história do Brasil. Nesse período, nossas lutas foram para barrar retrocessos impostos pela extrema-direita.

Entre os Projetos que conseguimos impedir que avançasse na Câmara, está o PL 191/2020, que libera mineração e construção de hidrelétricas em Terras Indígenas.

Milhares de pessoas protestaram do lado de fora do Parlamento, quando a urgência para votação dessa matéria foi aprovada. A luta valeu a pena, pois o Projeto não foi votado no Plenário.

Nossa mobilização também barrou o Projeto de Lei 490/2007, do Marco Temporal. O Projeto prevê que só poderão ser consideradas terras indígenas aquelas que já estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988. Caso tivesse sido aprovado, Terras Indígenas homologadas após essa data deixariam de ser reconhecidas, facilitando a invasão de grileiros.

Essa batalha também ocorre no Supremo Tribunal Federal (STF). Relator da ação, o ministro Edson Fachin votou, em setembro de 2021, contra a tese do Marco Temporal. Entretanto, o julgamento ainda não foi concluído.

Atacados, perseguidos e ameaçados, muitos irmãos e irmãs indígenas tombaram diante da violência praticada por invasores de terras e desmatadores, que agiram impunemente nesse desgoverno. Contudo, foi dos povos indígenas a maior resistência a essa gestão da morte. Os Acampamentos Terra Livre (ATL) ocorridos em Brasília simbolizaram essa resistência, reunindo milhares de indígenas.

Como parlamentar tenho orgulho de ter tido a lei 14.021/2020, de minha autoria aprovada no Congresso. Meu primeiro projeto de lei a ser aprovado e sancionado, a proposta estabeleceu um Plano Emergencial de apoio aos Povos Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e comunidades tradicionais, em função da pandemia de Covid-19.

A lei definiu pagamento de renda básica emergencial de um salário mínimo às famílias, distribuição direta de cestas básicas, remédios, itens de proteção, como luvas, máscaras, álcool em gel e material de higiene, instalação de barreiras sanitárias para impedir o acesso de estranhos às Terras Indígenas e garantia de atendimento médico hospitalar adequado aos indígenas.

Vetado por Bolsonaro, o projeto teve os vetos derrubados pelo Congresso. Além disso, o STF determinou que o governo cumprisse o plano emergencial preconizado pela lei. Tenho certeza que essa foi uma vitória que marcou



Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



meu mandato e a luta dos povos indígenas contra à Covid.

Outro motivo de alegria é a lei 14.402/2022 (PL 5466/2019), de minha relatoria que instituiu o Dia dos Povos Indígenas. Também propus e conseguimos aprovar na Comissão de Cultura da Câmara, o PL 6177/2019, que estabelece o Kuarup como manifestação da Cultura Nacional.

Muito foi o que fizemos nesse período, mas muito há de ser feito nos próximos quatro anos, principalmente porque temos a missão de recuperarmos as políticas públicas voltadas aos povos originários, que foram descontinuadas pelo atual desgoverno.

A eleição de Lula lança luz e faz renascer a esperança entre os indígenas e os defensores da causa. A FPMDDPI terá papel fundamental na orientação ao próximo governo. Lula já garantiu a criação de um Ministério aos Povos Indígenas. Caberá à Frente trabalhar em parceria com o inédito Ministério, pela recuperação das políticas e resgate dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

Nessa nova configuração, a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) são vitais e, de suma importância para a efetivação na ponta, dos direitos da população indígena.

Como cidadã brasileira e mato-grossense seguirei na luta. A causa indígena é a minha causa. Derrotamos o desgoverno inimigo dos indígenas, já estamos trabalhando e seguiremos para resgatar o que foi destruído e construir o futuro, ombro a ombro, com cada irmão e irmã indígena.

COORDENADORA DA FPMDDPI MARCOU PRESENÇA NAS CONFERÊNCIAS DO CLIMA

Kelli Kadanus

Agência Regra

Primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal, a coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI) fez história ao participar de duas Conferências do Clima durante a legislatura.

Na participação na COP27, em 2022, concedeu entrevista ao jornal alemão DW. “Foram anos difíceis, mas quem disse que seria fácil? Dentro de um governo fascista, negacionista, dentro de um governo anti-indígena, antiambientalista”, destacou Joenia. A deputada destacou ao jornal internacional a luta e a resistência dos povos indígenas no Brasil contra os desmandos do governo Bolsonaro.

Também durante o evento, a líder jovem indígena Txai Suruí apresentou o documentário Território, candidato ao Oscar, que narra a saga da aldeia uruê-uá-uá contra os invasores de suas terras. O documentário foi exibido no Brazil Climate Action Hub – o pavilhão da sociedade civil.

O presidente eleito Lula participou do evento e garantiu proteção às terras indígenas contra grileiros e garimpeiros. “Nós vamos evitar de uma vez por todas que haja exploração em terra indígena”, prometeu.

Em 2021, cerca de 40 lideranças indígenas participaram da COP26. Txai Suruí fez um pronunciamento histórico no evento em que destacou a urgência de se discutir ações para frear as mudanças climáticas em curso no planeta. “Não é 2030 ou 2050. É agora”, disse. “Hoje o clima está esquentando, os animais estão desaparecendo e os rios estão morrendo, nossas plantações não florescem como antes. A Terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo”, completou a indígena.

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Fortalecimento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas;

Frente Parlamentar atua expressivamente junto ao movimento indígena junto os desafios colocados pela pandemia entre os Povos Indígenas

Canal de diálogo entre as instituições públicas, organizações indígenas e sociedade civil;

Orientação e reforço aos órgãos públicos sobre a implementação das políticas considerando as especificidades dos povos indígenas;

Debate e construção de proposta para fortalecimento da agenda das mulheres indígenas

Debate e construção de proposta para fortalecimento da política de educação para os povos indígenas

Elaboração de projetos de leis favoráveis aos direitos dos povos indígenas

Interlocução com diversas frentes para o fortalecimento da agenda dos povos indígenas no Congresso Nacional

Fortalecimento e ampla visibilidade da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas;

Canal de diálogo entre as instituições públicas, organizações indígenas e sociedade civil;

Orientação e reforço aos órgãos públicos sobre a implementação das políticas considerando as especificidades dos povos indígenas;



RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Diálogo com o STF, construção de agenda com as lideranças indígenas

Transmissão nas redes sociais de audiências pública no Senado e na Câmara Federal sobre a pauta indígena.

Frente Parlamentar Indígena reforça importância da realização do Censo em 2022

Promoveu e incentivou parlamentares na indicação de emenda para Regularização, Demarcação e Fiscalização das Terras Indígenas

Presidente da Câmara cria Grupo de Trabalho para tratar sobre a pauta indígena

Fortalece a inclusão dos povos indígenas nas discussões sobre desenvolvimento sustentável

Promove discussões dos direitos constitucionais e socioambientais dos povos indígenas

Coordenadores da Frente Indígena participam de entrega de Dossiê sobre Covid-19 e povos indígenas do Amazonas

Funai responde a ofício de Frente Parlamentar Indígena sobre ataques ao povo Yanomami

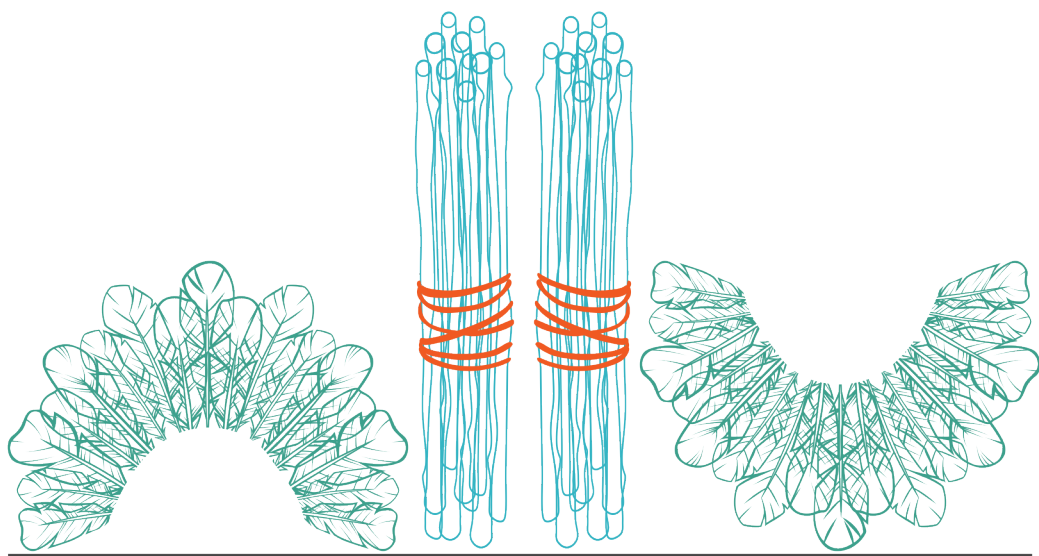
Secretária: Ana Paula Sabino

Assessoria Legislativa: Lucia Alberta

Comunicação: Lohana Chaves e Mayra Celina

Assessoria técnica: Marinete Cadete





**FRENTE PARLAMENTAR MISTA
EM DEFESA DOS DIREITOS
DOS POVOS INDÍGENAS**